



Renegociar a dívida está cada vez mais complicado

Fernão Bracher enfrenta dois problemas: ameaça de boicote de bancos europeus (veja à esquerda) e a resistência dos pequenos bancos americanos em fazer novo acordo com o País.

O Brasil continuará hoje, pelo segundo dia consecutivo, a negociar com o comitê de 14 bancos internacionais, liderado pelo Citibank, os termos e prazos para o serviço de parte de sua dívida externa de médio e longo prazo e para a manutenção de linhas de curto prazo que sustentam seu comércio internacional e a atividade dos bancos brasileiros no Exterior.

A sessão de ontem terminou após o fechamento deste jornal, mas o Citibank informou que não lançaria nenhum comunicado, até hoje, pelo menos.

No curto espaço de alguns minutos, ontem de manhã, o presidente do Banco Central do Brasil, Fernão Bracher, que chefiava a delegação brasileira de oito membros, mencionou duas propostas ligeiramente diferentes que o Brasil poderia apresentar aos bancos.

A primeira dizia que o Brasil tentaria reescalonar os vencimentos correntes (amortizações) de 1985 e 1986, sendo que, no caso de 1985, se trata de formalizar o fato consumado.

A segunda proposta inclui o reescalonamento de 1987. Uma fonte bancária disse que a segunda proposta foi mencionada já na reunião preliminar de sexta-feira com o comitê de assessoramento, para surpresa de alguns bancos e desagrado de outros. Algumas instituições, disse, não queriam reescalonar senão 1985 sem "o aval" do FMI para o programa econômico brasileiro.

O Brasil desejaria ainda prazo de 16 anos para amortizar o principal desse período, o que transformaria a segunda proposta numa espécie de miniplurianual.

As linhas de curto prazo — créditos comerciais e depósitos interbancários — o Brasil quer renovar por um ano, segundo fontes do mercado.

De qualquer maneira, Fernão Bracher disse que o Brasil deseja uma redução dos *spreads* para os vencimentos correntes.

Segundo um grande banco, os *spreads* para as linhas de curto prazo têm sido reduzidos pelos bancos internacionais para seus melhores clientes no Brasil. Alguns que costumavam pagar 1,25% estão pagando agora 0,75%, afirmou. Bracher disse que, seja lá como for, nenhum novo contrato poderia ser assinado hoje. Portanto, o acordo vigente com os bancos, cuja pror-

rogação anterior termina hoje, terá de ser prorrogado mais uma vez. Por via das dúvidas, Bracher acha que a situação atual não é muito incômoda para o Brasil ou para os bancos. Mas, embora os bancos estejam cobrando *spreads* mais altos do que iriam cobrar num acordo plurianual, prefeririam ter mais liberdade para procurar clientes melhores do que o Banco Central, que bloqueia parte dos pagamentos que esses bancos recebem das firmas brasileiras. Como são reescalonados, esses pagamentos são depositados em cruzeiros no Banco Central e não podem ser mobilizados fora de um determinado prazo pelos bancos. Esse é um dos problemas que precisam ser resolvidos pelo comitê e pelas autoridades brasileiras neste momento.

A.M. Pimenta Neves,
de Nova York.

Mas a prorrogação sai

A não participação dos pequenos bancos no esquema de fornecimentos de créditos comerciais de curto prazo ao Brasil enfraquece o próprio esquema. Embora a ausência destes pequenos invariavelmente seja desprezada, a presença deles é essencial, disse ontem uma categorizada fonte do BC.

No entanto, a renovação das linhas de financiamento de curto prazo, no valor de US\$ 16 bilhões, "é coisa líquida e certa", considerando normal que os bancos reivindicuem mais, porque, no final, "o negócio é compensador para eles, principalmente os grandes, que têm fortes interesses no Brasil".

O funcionário do Banco Central não descartou a hipótese de o governo reeditar a Resolução nº 851, de 29 de julho de 1983, que estabeleceu a centralização no BC da remessa de divisas para o Exterior. Porém, considerou distante esta possibilidade, que só acontecerá se o Brasil começar a perder reservas internacionais, hoje contabilizadas em US\$ 8,5 bilhões. A perda resultaria da necessidade de ter de pagar a vista as importações e perder o financiamento às atividades exportadoras.

Finalmente, disse que as importações adicionais de US\$ 1,5 bilhão de produtos agropecuários serão cobertas pelas exportações, tornando desnecessária a "queima" de reservas em moeda estrangeira.